



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS MEMBROS DO GABINETE DA ASSEMBLEIA
PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA**

Quarta-feira, 8 de Setembro de 2010

Senhor Presidente

Prezados Membros do Gabinete

da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Estou deveras grato ao ilustre senhor Çavuşoğlu, pelas amáveis palavras que me dirigiu em nome do gabinete, enquanto transmito uma cordial saudação de boas-vindas a todos vós. Estou feliz por vos receber no sexagésimo aniversário da convenção europeia sobre os direitos do homem que, como vós bem sabeis, compromete os Estados membros do conselho da Europa, para promover e defender a dignidade inviolável da pessoa humana.

Estou consciente de que a assembleia parlamentar tem na sua agenda temas importantes relacionados sobretudo com as pessoas que vivem em situações particularmente difíceis que se encontram expostas a graves violações da sua própria dignidade. Penso nas pessoas afligidas por deficiências, nas crianças vítimas de violências, nos imigrantes, nos refugiados, naqueles indivíduos que pagam o preço mais elevado pela presente crise económica e financeira, nas pessoas que são vítimas do extremismo ou das novas formas de escravidão, como o tráfico humano, o comércio ilegal de drogas e a prostituição. No vosso trabalho preocupais-vos inclusive com as vítimas da guerra e com as pessoas que vivem em democracias mais frágeis. Informaram-me também acerca dos vossos esforços para defender a liberdade religiosa e contrastar a violência e a intolerância contra os crentes na Europa e no mundo inteiro.

Considerando o contexto da sociedade contemporânea, em que vivem diferentes povos e culturas, é imperativo desenvolver a validade universal destes direitos, assim como a sua inviolabilidade, inalienabilidade e indivisibilidade.

Em várias ocasiões frisei os riscos associados ao relativismo nos campos dos valores, dos direitos e dos deveres. Se lhes faltasse um fundamento racional objectivo, comum a todos os povos, e se eles se baseassem exclusivamente nas culturas particulares, nas decisões legislativas ou nos julgamentos dos tribunais, como poderiam eles oferecer um terreno sólido e duradouro para instituições supranacionais, como o conselho da Europa, e para o vosso próprio trabalho no seio desta prestigiosa instituição? Como poderia ter lugar um fecundo diálogo intercultural, sem valores e direitos comuns e sem princípios universais estáveis, entendidos do mesmo modo por parte de todos os Estados membros do conselho da Europa? Tais valores, direitos e deveres estão arraigados na dignidade natural de cada pessoa, algo que é acessível à razão humana. A fé cristã não impede mas favorece esta investigação, pois é um convite a buscar uma base sobrenatural para tal dignidade.

Estou persuadido de que estes princípios, conservados com fidelidade, sobretudo quando se trata da vida humana desde a concepção até à morte natural, do matrimónio – arraigado no dom pessoal, exclusivo e indissolúvel, entre um homem e uma mulher – da liberdade religiosa e da educação, são condições necessárias se quisermos enfrentar de maneira adequada os desafios decisivos e urgentes que a história apresenta a cada um de vós.

Caros amigos, bem sei que também vós desejais ir ao encontro daqueles que sofrem. Isto enche-me de alegria e por isso encorajo-vos a cumprir a vossa missão sensível e importante com moderação, sabedoria e ânimo, ao serviço do bem comum da Europa. Obrigado por terdes vindo, e asseguro-vos as minhas orações. Deus vos abençoe!

© Copyright 2010 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana